



GT 047. Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor

Natália Corazza Padovani (Pagu / UNICAMP) - Coordenador/a, Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Coordenador/a

Este GT d? continuidade h? um debate iniciado em 2015, que respondia a tr?s distintas ordens de problemas: a dimens?o ?tica da dor, as t?cnicas de governo e a escrita etnogr?fica. Preocupados por aspectos do viver que muitas vezes s?o esquecidos, sublimados e controlados, mas, todavia constituem e animam a vida cotidiana, neste GT, propomos, agora, uma nova rodada de debates. Para tanto, temos o intuito de reunir etnografias que analisem as variadas articula?es entre t?cnicas de governo e modalidades de sofrimento, explorando tais dilemas a partir de diferentes perspectivas. Seu vi?s anal?tico ? o desafio de transpor terminologias locais para termos correlatos como ?dor?, ?sofrimento?, ?sofrer?; os desafios metodol?gicos ? como fazer etnografia de/em situa?es de sofrimento?; e suas composi?es ?ticas - at? onde ir na partilha da dor com nossos interlocutores? Como evitar uma compaix?o desenfreada ou um desejo de governo renovado? Ao acreditarmos que o sofrimento/dor apresenta-se como condi??o comum a variados contextos de pesquisa, esperamos receber contribui?es que, independentemente de v?nculo disciplinar, estejam, por um lado, atentas a como a for?a ?tica produtiva do sofrimento pode, em muitos contextos, ceder espa?o ? for?a produtiva do governo, a fim de produzir sujeitos e popula?es govern?veis. E, de outro lado, n?o se furtem a descrever a dor como modo de viver o mundo, cujo modo situado de an?lise incide em formas de narrar e produzir etnografia.

Os testemunhos nos processos de ref?gio: entre o sofrimento ?ntimo e o reconhecimento p?blico da viol?ncia

Autoria: Jullyane Carvalho Ribeiro

Proponho, com base em etnografia com mulheres refugiadas e solicitantes de ref?gio na cidade de S?o Paulo, fruto de meu work de doutorado em andamento, uma reflex?o sobre as narrativas de viol?ncia solicitadas e apresentadas em distintos espa?os de reconhecimento das subjetividades refugiadas. No ?mbito da governamentalidade estatal, as pr?ticas de enquadramento dos sujeitos na categoria do ref?gio exige hist?rias de viol?ncia e persegui??o a serem legitimadas segundo crit?rios de credibilidade e coer?ncia interna. O procedimento adotado nos processos ? de entrevistas perante um funcion?rio do Estado, al?m do registro escrito das viola??es de direitos humanos que teriam sido causa dos deslocamentos ? exige dos e das solicitantes de ref?gio a articula??o de narrativas de sofrimento coerentes com a legisla??o para que as dores sejam publicamente reconhecidas. Observo que a exposi??o de viola??es que pertencem ? ordem do indiz?vel (Veena Das, 2007) no cotidiano gera expectativas segundo as localiza??es sociais (Mahler e Pessar, 2001) ocupadas pelos sujeitos, informadas geopoliticamente. Os ide?rios de g?nero atribuídos a nacionalidades especificas incidem em grande medida sobre essas expectativas, produzindo ?na??es de estupro? e corpos violados e violadores, atrav?s da exig?ncia da exposi??o da viol?ncia sexual. S?o disputas pelo enquadramento da dor como causa pol?tica, pela retirada do sofrimento do ?mbito do privado e do ?ntimo, informado pelas gram?ticas de g?nero. Inspirada nas formula??es de Veena Das, assim como nas an?lises de Fiona Ross, proponho tamb?m uma reflex?o sobre as implica??es da pesquisa etnogr?fica que lida com os indiz?veis do sofrimento, presentes nos sil?ncios e na exig?ncia copiosa de falar sobre a dor. Minha preocupa??o perpassa principalmente os riscos do registro desses sofrimentos, pass?veis de serem novamente reificados enquanto casos exemplares nas malhas do humanitarismo.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**